

## A SEMANA – 111

John Gledson

Dois tópicos frequentes, as eleições e as apostas, estão combinados pela astúcia e pelo sarcasmo. A eleição para a presidência do estado do Rio é uma farsa violenta, como fica evidente nos apedidos dos jornais (embora Machado diga – com quanta ironia? – que a violência “anda um tanto desusada”). A citação de Lucano parece entrar por causa da palavra “caudilhos”, com a sua conotação da política do resto da América Latina. O assunto do turfe nos leva de volta ao Encilhamento, pelo menos como eco implícito – não deixa de ser interessante que o cronista tenha ido às corridas “há três ou quatro anos” – isto é, em 1890 ou 91. A testemunha “inocentemente” cômica de uma “combinação escandalosa” (a “morte” do jóquei) sublinha a presença da corrupção em toda parte. A aprovação da concessão do voto às mulheres na Nova Zelândia, embora bricalhona, é sem dúvida sincera.



## A SEMANA

15 de julho de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando estas linhas aparecerem aos olhos dos leitores, é de crer que toda a população eleitoral do Rio de Janeiro caminhe para as urnas, a fim de eleger o presidente do Estado.<sup>1</sup> Renhida é a luta. Como na *Farsália*<sup>2</sup>, de Lucano, pela tradução de um finado sabedor de coisas latinas,

Nos altos, frente a frente, os dois caudilhos  
Sôfregos de ir-se às mãos, já se acamparam.<sup>3</sup>

Não sei quem seja aqui César nem Pompeu. Contento-me em que não haja morte de homem, nem outra arma além da cédula. Se falo na batalha de hoje, não é que me proponha a cantá-la; eu, nestas campanhas, sou um simples Suetônio, curioso, anedótico, desapaixonado.<sup>4</sup> Assim que, propondo aos meus concidadãos uma reforma eleitoral, não cedo a interesse político, nem falo em nome de nenhuma facção; obedeço

---

<sup>1</sup> Os dois candidatos nestas eleições no estado do Rio eram Francisco Portela, dos “autonomistas”, e J. Maurício de Abreu, “moderado” ou “governista” (isto é, florianista). Como sempre, os apedios estavam cheios de acusações de uso de violência para espantar os eleitores, de planos de “considerar sujeitos à lei marcial os que não votarem com o governo do Estado”, e de “eleição a bico de pena” (incluindo nomes de pessoas mortas ou inexistentes) etc. Abreu, aliado do presidente em exercício, Tomás de Porciúncula, ganhou.

<sup>2</sup> Por erro tipográfico, na *Gazeta* está “Tharsália” (em vez de “Pharsália”).

<sup>3</sup> Lucano (39-65 d.C.) é o autor da *Farsália*, poema épico incompleto, em dez cantos, que trata da guerra civil entre Júlio César e Pompeu, que culminou na derrota de Pompeu na batalha de Farsália. Os dois versos citados são os primeiros do canto VI, (“Postquam castra duces pugnae iam mente propinquis / inposuere iugis admotaque comminus arma”), e a tradução é de José Feliciano de Castilho (1810-1879), o irmão mais novo de Antônio Feliciano, que teve grande poder nas letras de língua portuguesa nos anos 1850 e 1860. Machado, na época, era amigo de ambos. Foram publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal onde Machado trabalhava, em 28 de outubro de 1864. Curiosamente, Machado citou estes dois versos pela primeira vez no conto “Decadência de dois grandes homens”, publicado no *Jornal das Famílias* de maio de 1873. Devo estas informações ao prof. Brunno Vieira, e aos seus artigos “A biblioteca latino-portuguesa de Machado de Assis” (*Mosaico clássico: variações sobre o mundo antigo*, org. José Amarante e Luciene Lages, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 233-242) e “Um tradutor de latim sob D. Pedro II: perspectivas para a história da tradução da literatura greco-romana em português” (*Revista Letras*, Curitiba, n. 80, jan.-abr. 2010, p. 71-87).

<sup>4</sup> Suetônio (c. 69-122 d.C.) autor dos *Doze Césares*, foi o mais fofoqueiro e “anedótico” dos historiadores romanos.

a um nobre impulso que eles mesmos reconhecerão, se me fizerem o favor de ler até ao fim.

Ninguém ignora que nas batalhas como a de hoje costuma roncar o pau. Esta arma, força é dizê-lo, anda um tanto desusada, mas é tão útil, tão sugestiva, que dificilmente será abolida neste final do século e nos primeiros anos do outro. Não é épica nem mística, está longe de competir com a lança de Aquiles, ou com a espada do arcanjo. Mas a arma é como o estilo, a melhor é que se adapta ao assunto. Que viria fazer a lança de Aquiles entre um capanga sem letras e um eleitor sem convicção? Menos, muito menos que o vulgar cacete. A pena, “o bico de pena”, segundo a expressão clássica, traz vantagens relativas, não tira sangue de ninguém; não faz vítimas, faz atas, faz eleitos. O vencido perde o lugar, mas não perde as costelas. É preciso forte vocação política para preferir o contrário.

O grande mal das eleições não é o pau, nem talvez a pena, é a abstenção, que dá resultados muita vez ridículos. Urge combatê-la. Cumpre que os eleitores elejam, que se movam, que saiam de suas casas para correr às urnas, que se interessem, finalmente, pelo exercício do direito que a lei lhes deu, ou lhes reconheceu. Não creio, porém, que baste a exortação. A exortação está gasta. A indiferença não se deixa persuadir com palavras nem raciocínios; é preciso estímulo. Creio que uma boa reforma eleitoral, em que esta consideração domine, produzirá efeito certo. Tenho uma ideia que reputo efficacíssima.

Consiste em pouco. A imprensa tem feito reparos acerca do estado do nosso turfe, censurando abusos e pedindo reformas, que, segundo acabo de ler, vão ser iniciadas. Um cidadão, por nome M. Elias, dirigiu a este respeito uma carta ao *Jornal do Commercio*, concordando com os reparos, e dizendo: “Ora, a nossa população esportiva, constituída por dois terços da população municipal, pode assim continuar sujeita, como até agora, ao assalto de combinações escandalosas?”<sup>5</sup> Foi este trecho da carta do Sr. Elias, que me deu a ideia da reforma eleitoral.

A princípio não pude raciocinar. A certeza de que dois terços da nossa população é esportiva, deixou-me assombrado e estúpido. Voltando a mim, fiquei humilhado. Pois quê! dois terços da população é esportiva, e eu não sou esportivo! Mas que sou então neste mundo? Melancolicamente adverti que talvez me falem as qualidades esportivas, ou não as tenha naquele grau eminente ou naquele extenso número em que elas se podem dizer suficientemente esportivas. A memória ajudou-me nesta investigação. Recordei-me que, há alguns anos, três ou quatro,<sup>6</sup> fui convidado por um amigo a ir a uma corrida de cavalos. Não me sentia disposto, mas o amigo convidava de tão boa feição, o carro dele era tão elegante, os cavalos tão galhardos e briosos, que não resisti, e fui.

---

<sup>5</sup> Esta carta se encontra na página 3 do *Jornal do Commercio* de 7 de julho.

<sup>6</sup> Isto é, 1890 ou 1891, os anos do Encilhamento.

Não tendo visto nunca uma corrida de cavalos, imaginei coisa mui diversa do que é, realmente, este nobre exercício. Fiquei espantado quando vi que as corridas duravam três ou quatro minutos, e os intervalos meia hora. Nos teatros, quando os intervalos se prolongam, os espectadores batem com os pés, uso que não vi no circo, e achei bom. Vi que, no fim de cada corrida, toda a gente ia esparecer fora dos seus lugares, e tornava a encher as galerias, apenas se comunicava a corrida seguinte. Uma destas ofereceu-me um episódio interessante. Ao saírem os cavalos, caiu o jóquei de um, ficando imóvel no chão, como morto. Cheio de um sentimento pouco esportivo, quis gritar que acudissem ao desgraçado; mas, vendo que ninguém se movia, cuidei que era uma espécie de partido que o jóquei dava aos adversários; não tardaria a levantar-se, correr, apanhar o cavalo, montá-lo e vencer. Dois verbos mais que César.<sup>7</sup> De fato, o cavalo dele ia correndo; mas, pouco a pouco, vi que o animal, não se sentindo governado, afrouxava, até que de todo parou. Nisto entraram dois homens no circo, tomaram do jóquei imóvel, cujas pernas e braços caíam sem vida, e levaram o cadáver para fora. Não lhe rezei por alma, unicamente por não saber o nome da pessoa. Não veio no obituário, nem os jornais deram notícia do desastre. Perder assim a vida e a corrida, obscuro e desprezado, é por demais duro.

Vindo à minha ideia, acho que a reforma eleitoral, para ser útil e fecunda, há de consistir em dar às eleições um aspecto acentuadamente esportivo. Em vez de esperar que o desejo de escolher representantes leve o eleitor às urnas, devemos suprir a ausência ou a frouxidão desse impulso pela atração das próprias urnas eleitorais. A lei deve ordenar que os candidatos sejam objeto de apostas, ou com os próprios nomes, ou (para ajudar a inércia dos espíritos) com outros nomes convencionais, um por pessoa, e curto. Não entro no modo prático da ideia; cabe ao legislador achá-lo e decretá-lo. A abstenção ficará vencida, e nascerá outro benefício da reforma.

Este benefício será o aumento das naturalizações. Com efeito, se nos dois terços da população esportiva há naturalmente certo número de estrangeiros, não é de crer que essa parte despreze uma ocasião tão esportiva, pela única dificuldade de tirar carta de naturalização. A lei deve até facilitar a operação, ordenando que o simples talão da aposta sirva de título de nacionalidade.

Se a ideia não der o que espero, recorramos então ao exemplo da Nova Zelândia, onde por uma lei recente as mulheres são eleitoras.<sup>8</sup> Em virtude dessa lei, qualificaram-se cem mil mulheres, das quais logo na primeira eleição, há cerca de um mês, votaram noventa mil. Elevemos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nessa injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política.

---

<sup>7</sup> *Veni, vidi, vici* (Vim, vi, venci) são as palavras famosas de Júlio César, citadas por Suetônio e Plutarco, depois da batalha de Zela, na campanha pôntica.

<sup>8</sup> A Nova Zelândia, “dominion” livre do império britânico, em 1893 deu às mulheres de mais de 21 anos o direito do voto, sendo o primeiro país entre os agora independentes a assim fazer.

Que perigo pode vir daí? Que as mulheres, uma vez empossadas das urnas, conquistem as câmaras e elejam-se entre si, com exclusão dos homens? Melhor. Elas farão leis brandas e amáveis. As discussões serão pacíficas. Certos usos de mau gosto desaparecerão dos debates. Aquele, por exemplo, que consiste em dizer o orador que lhe faltam os precisos dotes de tribuna, ao que todos respondem: *Não apoiado*,<sup>9</sup> havendo sempre uma voz que acrescenta: “É um dos ornamentos mais brilhantes desta câmara”, esse uso, digo, não continuará, quando as câmaras se compuserem de mulheres. Qualquer delas que tivesse o mau gosto de começar o discurso alegando não poder competir em beleza e elegância com as suas colegas, ouviria apenas um silêncio respeitoso e aprovador.

Os homens, que fariam os homens nesse dia? Deus meu, iriam completar o último terço que falta para que a população inteira fique esportiva. O contágio far-nos-ia a todos esportivos. Seria a vitória última e definitiva da esportividade.



---

<sup>9</sup> Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio corrige.